

Aqui como no México

Dívida EPT
por Cláudia de Souza
de São Paulo
(Continuação da 1ª página)

Não está claro ainda se o exemplo do que vem acontecendo no México vingará no Brasil o projeto de um pacto social — ou entendimento, como preferiu o futuro ministro do Trabalho e da Previdência Social. O pacto mexicano foi recentemente estendido até julho, com aumentos salariais limitados a 10% e os preços de alguns produtos básicos permanecendo sob controle.

A economia foi aberta às importações e ao capital estrangeiro, com várias leis específicas favorecendo "joint-ventures", num leque de atividades que vai da telefonia móvel ao turismo, garantindo o ingresso de dinheiro novo e até mesmo o retorno de parte do capital mexicano que se esvaiu nos últimos anos, calculado pelo Banco do México em ainda modestos US\$ 2,5 bilhões dos US\$ 80 bilhões que se foram nos últimos anos.

Amarrou-se um acordo comercial com os Estados Unidos, para quem o México destina 75% de suas exportações, pelo qual serão reduzidas as tarifas que incidem sobre produtos industriais específicos. Além disso, o México foi o primeiro país a beneficiar-se do Plano Brady de redução da dívida externa. Há poucas semanas, ele comunicou por carta ao Fundo Monetário Internacional a assinatura de um acordo com 450 bancos comerciais, que deverá cortar em US\$ 3,8 bilhões ao ano até 1994 o serviço de sua dívida, de US\$ 94,5 bilhões.

Na área difícil da renegociação da dívida externa, a equipe do futuro presidente ao menos captou certas vantagens ao tratar com seus interlocutores. A tendência recente da diretoria do Fundo Monetário Internacional, de deixar de lado seu tradicional papel de interventor dos bancos junto aos países devedores e, em vez disso, se tornar um aliado em potencial em esquemas flexíveis de renegociação da dívida, poderá ser bem aproveitada pela equipe de Collor na primeira rodada de conversas na viagem do presidente eleito.

Não se pode dizer ainda se a visão de longo prazo adotada pela atual diretoria do Fundo, de que o custo social de sangrar os países devedores pode vir a ser insustentável, renderá dividendos ao Brasil. Collor — a exemplo do que fez, anos atrás, o ministro da Fazenda Dilson Funaro — colocou a todos os interlocutores internacionais

a sua determinação de garantir o crescimento econômico e pagar como puder, com um mínimo de custos sociais.

A meta de pagar juros, por exemplo, que não excedam os US\$ 5 bilhões em 1990, continua de pé. Isso poderá tornar as negociações bem complicadas, principalmente em março, quando a equipe de renegociação da dívida defrontar-se com o Clube de Paris, por exemplo, não mais para definir posições gerais mas para firmar um primeiro início de conversa e jogar a bola para o outro lado.

Somente quando colocar na mesa as propostas concretas de securitização da dívida é que a assessoria de Collor irá sentir a disposição real de seus interlocutores de acertar, seja um acordo parcial de rearranjo do pagamento das parcelas acumuladas do principal e dos juros devidos a essa instituição, seja um novo acordo abrangente de negociação da dívida, hipótese mais improvável, dada a herança difícil de moratória e ameaças de retaliação vividas por governos brasileiros anteriores.

A negociação com o Clube pressupõe um acordo do Brasil com o Fundo. Michel Camdessus, diretor-geral do FMI, tem sido bem mais pródigo do que o Clube de Paris em declarações públicas de simpatia à proposta brasileira de dar prioridade ao crescimento econômico. O FMI parece ter dado sinais a Zélia Cardoso de Mello, em Washington, de que aceitará esperar alguns meses depois da posse do novo governo e de implantação do plano de estabilização da economia no curto prazo antes de fechar um acordo com o governo brasileiro. Como costumam dizer o presidente eleito e sua assessora mais próxima, não haverá mudanças no plano econômico de curto ou longo prazo porque existiria uma coincidência de opiniões entre o que o Fundo acredita ser bom para o Brasil e o que o governo Collor pretende fazer.

A boa disposição do Fundo — e das administrações dos principais países credores —, em relação ao novo governo brasileiro se deve também ao fato de Collor ter dado sinais de que pretende estabilizar a economia brasileira com medidas similares às que tomou no México o presidente Carlos Salinas de Gortari e que renderam a este os dividendos de primeiro país a assinar um remodelamento de sua dívida externa dentro do Plano Brady.

FEV 1990

GAZETA MERCANTIL

Aqui como no México

23 FEV 1990

Dívida EPT

GAZETA MERCANTIL

por Cláudia de Souza
de São Paulo

O plano mexicano é frequentemente mencionado dentro e fora dos círculos do futuro governo — e principalmente pela comunidade de credores internacionais —, quando se fala no conjunto de medidas econômicas que o presidente eleito Fernando Collor de Mello estará analisando neste fim de semana de carnaval, com sua assessora econômica, Zélia Cardoso de Mello, e os auxiliares mais próximos da professora.

Não seria nada mal se, depois de março, tudo passasse a acontecer no Brasil de modo a desembocar na situação que o México começo a viver agora (ver matéria ao lado). Depois de anos de estagnação econômica, aquele país está vendo seu PIB crescer 3,5% ao ano, em vez de ter, como no Brasil, uma taxa negativa ou, como em 1989, insignificante.

Ainda não há pistas sobre a política industrial que adotará o novo governo. Mesmo a professora Zélia admite que as diretrizes por escrito do programa de campanha do presidente eleito são vagas generalidades.

Sobre esse tema, ela se limita a dizer que tem muito orgulho de ter reunido para traçar a futura política industrial brasileira um punhado de especialistas heterogêneo. Pessoas que jamais se sentaram à mesma mesa, a não ser que tocadas pela magia que transforma economistas em fazedores de políticas econômicas.

Ainda não se pode medir os efeitos reais do plano de estabilização sobre a qualidade de vida do homem de rua mexicano, ou se as medidas resultaram em alguma transferência real de renda das elites mexicanas para as camadas mais pobres da população.

No Brasil, nem ainda aplicado o plano, já se sabe que resultados de política social não virão com a rapidez que se poderia supor ouvindo a retórica do futuro presidente. No mundo real das tarefas de estabilização da economia, é evidente que o Estado não disporá de recursos para gastos prometidos na campanha, como crédito barato para construção de moradias, melhora no atendimento de saúde ou programas de saneamento em escala mais ampla do que as dotações localizadas de organismos como o Banco Mundial.

(Continua na página 6)